



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 316100-8

EMBARGANTE: RULLDEX DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO: NELSON HARUO SUZUKI

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADES NO ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO SOBRE PREMISSA DE FATO. DESCABIMENTO. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não ofende as garantias do contraditório e da ampla defesa a decisão que analisa fatos com base em documentos produzidos em outro feito, se são apresentados nos autos de Cautelar Exibitória processada em apenso, cuja sentença transitou em julgado sem impugnação dos documentos acostados pela parte contrária, que deles teve ciência.

2. Não há nulidade por julgamento *extra petita* quando o acórdão, dando provimento ao recurso de Apelação interposto pela parte autora, julga procedente a ação, no limite dos pedidos iniciais.

3. É possível acolher desde logo as contas apresentadas pelo autor na Ação de Prestação de Contas, se o réu não impugna essas contas nem apresenta outras na contestação.

4. A alegação de suposto erro sobre premissa de fato supõe revisão ou reavaliação da prova dos autos, o que não se compatibiliza com o julgamento dos embargos declaratórios.

5. Não há contradição no *decisum* que, considerando cabível a prestação de contas - por haver-se cumprido contrato que envolvia gestão de bens ou interesses alheios -, acolhe as contas apresentadas.

448



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em REJEITAR dos Embargos de Declaração opostos na, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 316100-8

EMBARGANTE: RULLDEX DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO: NELSON HARUO SUZUKI

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Trata-se de embargos de declaração opostos por RULLDEX DO BRASIL LTDA. contra acórdão que deu provimento a Apelação interposta por NELSON HARUO SUZUKI, ora autor/embargado, e negou provimento à Apelação da ré/embargante, tendo-se ao final reformado a sentença, para julgar procedente Ação de Prestação de Contas. O acórdão embargado teve a seguinte ementa:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA. REMUNERAÇÃO FIXADA COM BASE NOS VALORES APURADOS MENSALMENTE, MEDIANTE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE CONTRATANTE E INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. CARACTERIZADA GESTÃO DE INTERESSES ALHEIOS. CONTAS PRESTADAS EM PLANILHA CONTÁBIL NÃO IMPUGNADA. SALDO APURADO. ACOLHIMENTO. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DOS VENCIMENTOS DE CADA REPASSE MENSAL NÃO EFETUADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- No contrato de prestação de serviços em que o prestador é remunerado mediante repasse de percentual sobre ganhos obtidos pelo contratante em contrato alheio àquela relação jurídica, configura-se a gestão de bens e interesses do contratado pelo contratante, a autorizar a via da ação de prestação de contas.

A ré/embargante alega que a decisão ora impugnada: (i) teria incorrido em nulidade, por ofensa ao contraditório e à ampla defesa, ao fundar-se em prova apresentada em outro processo; (ii) seria contraditória, por entender cabível, no âmbito da Ação de Prestação de Contas, analisar o cumprimento do contrato subjacente, qual seja, o de prestação de serviços; (iii) teria partido de uma

450



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

premissa fática equivocada, relativamente ao suposto impedimento do autor/embargado para prestar os serviços; (iv) seria nula de pleno direito, em razão de julgamento *extra petita*; e (v) seria nula de pleno direito, por julgar as contas sem base documental idônea. Com base nesses argumentos, requer sejam acolhidos os embargos com efeitos infringentes, para anular o acórdão ou reformá-lo.

É o relatório.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 316100-8

EMBARGANTE: RULLDEX DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO: NELSON HARUO SUZUKI

RELATOR: Des. José Fernandes de Lemos

QUINTA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): No caso dos autos, o autor/embargado ajuizou Ação de Prestação de Contas, afirmando que teria firmado Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Financeira com a ré/embargante, a qual teria obrigação de repassar-lhe certo percentual dos ganhos decorrentes de convênio firmado entre a ré/embargante o Banco BNL, referente a aquisição de cartões de créditos por servidores do Estado de Pernambuco.

O acórdão embargado, entendendo demonstrada a prestação dos serviços - em face de documentos apresentados pelo autor/embargado nos autos de Ação Cautelar Exibitória, apensada aos presentes autos (fls. 208/272 do v. 3) -, considerou devida a prestação de contas, porque o contrato envolvia a gestão, pela ré/embargante, de recursos pertencentes ao autor/embargado. Ademais, o acórdão acolheu as contas com base nos cálculos apresentados na petição inicial (fl. 16), não contestados pela ré/embargante, a qual tampouco prestara as contas que entendia devidas.

Como relatado, a ré/agravante formula as seguintes alegações de nulidade: ofensa ao contraditório e à ampla defesa, porque a conclusão sobre a efetiva prestação dos serviços teria se fundado em documentos não pertencentes ao processo, e sim apresentados na Cautelar Exibitória apensa; julgamento *extra petita*, porque a apelação do autor/embargante conteria o pedido de condenação da ré/embargante na prestação das contas, e não ao pagamento de valores decorrentes das contas apresentadas na inicial; julgamento das contas sem base probatória idônea.

Antes de enfrentar cada uma dessas questões, transcrevo os trechos pertinentes do acórdão embargado:



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

- Em 18/07/2007, a Rulldex requereu MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS contra Nelson, alegando desconhecer os serviços que foram prestados, e, conseqüentemente, não reconhecer nenhum débito. Nela, o Juízo proferiu SENTENÇA, em 26/11/2012, pela procedência do pedido, para determinar que Nelson exibisse os documentos comprobatórios da prestação dos serviços, no prazo de dez dias (fls. 205 ss. do v. 3). Em 02/01/2013, Nelson apresentou os documentos (fls. 208/272 do v. 3), transitando em julgado a Medida Cautelar de Exibição de Documentos, em 16/01/2013 (fl. 273 do v. 3)

- Em 23/01/2009, Nelson ajuizou AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS contra a Rulldex, apresentando planilha (fl. 16), com indicação do saldo apurado. Em 02/05/2012, a ação de prestação de contas foi apensada à de exibição (fl. 234). Em 21/12/2012, julgando antecipadamente a lide, o Juízo proferiu SENTENÇA na Ação de Prestação de Contas, pela improcedência do pedido, condenando Nelson ao pagamento de R\$ 3.000,00 de honorários advocatícios (fls. 237/239 do v. 1).

(...)

Pois, bem. Os 14 (quatorze) documentos exibidos (fls. 208/272 do v. 3) demonstram que os serviços de consultoria foram efetivamente prestados, nos termos do contrato, desde antes da celebração do contrato até 30/08/2006 (fl. 270 do v. 3). São, em sua maioria, correspondências via e-mail, contendo relatórios, propostas, planilhas etc., com ênfase para o doc. 05 (fls. 231/233 do v. 3), que transmitia mensagem do Sr. Severino Mendonça, sócio-majoritário da Rulldex à época, tratando de assuntos diversos referentes ao convênio, inclusive ajustes nas comissões, e dizia do mérito do contratado, por "ter criado implemento de 10%, criando margem específica de 10%, aumentando o limite de 30 para 100% do salário" e "ter colaborado com o crescimento da carteira", entre outros.

Nesse contexto, mostra-se plausível a discordância de Nelson quanto à rescisão contratual proposta mediante notificação (fl. 61 e ss. do v. 3), em 21/04/2007, ao argumento de que não recebera pelos serviços de consultoria prestados. Ressalto que, nos termos

453



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

na cláusula quarta do instrumento de fls. 08/09, o contrato somente poderia ser rescindido mediante acordo entre as partes. Outrossim, não me filio aos fundamentos que embasaram a improcedência do pedido na Ação de Prestação de Contas, de que a relação jurídica em tela não envolve gestão de bens ou interesses alheios.

Para ilustrar, transcrevo, a seguir, o teor da 'Cláusula segunda - Do pagamento' avençada (fl. 08):

2. Pelos serviços referidos na Cláusula Primeira, a RULLDEX pagará ao CONTRATADO, um valor mensal apurado da seguinte forma:

Do valor recebido, mensalmente, pela RULLDEX, do BNL, referente ao Convênio n. 105/1999, será deduzida a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), os impostos e as despesas administrativas acordadas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA. Do restante, o CONTRATADO receberá 30% (trinta por cento). O pagamento será calculado conforme a fórmula abaixo:

$$\begin{aligned} \text{Pagamento} &= \text{PAG} \\ \text{Comissão recebida pela RULLDEX} &= \text{COM} \\ \text{Somatória dos Impostos (\%)} &= \text{IMP} \\ \text{Despesas Administrativas} &= \text{DESP} \\ \text{PAG} &= [(\text{COM} - 12.000,00) * (1 - \text{IMP}/100) - \text{DESP}] * 0,30 \\ &(\dots) \end{aligned}$$

Tenho que o autor se desincumbiu de prestar as contas referentes ao contrato celebrado, e que a ré não logrou impugnar os valores constantes da planilha de fl. 16, de onde se extrai o valor do saldo apurado, no total de R\$ 3.428.466,26 (três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos).

No contexto específico do presente processo, não procedem os argumentos da ré/embargante, no sentido de que importaria nulidade considerar, nesta Ação de Prestação de Contas, os documentos apresentados pelo autor/embargado na Cautelar Exibitória.

Isto porque essa ação correu em apenso à Ação de Prestação de Contas, tendo sido cumprida a sentença condenatória, com a apresentação dos documentos

454



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

pelo autor/embargado, réu da Cautelar, sem nenhuma impugnação pela requerente, ora ré/embargante.

Dessa forma, embora as provas acostadas, do ponto de vista estritamente formal, não fizessem parte dos autos da Ação de Prestação de Contas, é inequívoco que delas tomou pleno conhecimento a ré/embargante, não podendo se esquivar da eficácia probante desses documentos, cuja exibição ela mesma requereu.

No que diz respeito à alegação de que o julgamento que acolheu as contas prestadas na inicial teria se dado para além do pedido formulado no apelo, melhor sorte não assiste à ré/embargante.

De fato, constata-se à fl. 291 que o requerimento do autor/embargado na Apelação foi "para condenar a empresa Apelada a prestar as contas exigidas nos termos do pedido inicial".

Nada obstante, na petição inicial, o autor/embargante pleiteia "na hipótese de não apresentação das contas pela Ré" - isto é, a hipótese que se concretizou no processo, já que não houve prestação de contas pela ré/embargante - "sejam acolhidas como legítimas as contas prestadas pelo Autor, na forma da planilha anexa" (fl. 06).

Quanto à suposta nulidade pelo julgamento imediato das contas, com base em documento acostado pelo autor/embargado, entendo que não há qualquer vício a macular o acórdão.

É que, tendo a parte autora juntado, em planilha detalhada (fl. 16), os valores que entendia devidos em razão do contrato, caberia à ré/embargante impugnar esse documento, demonstrando eventuais incorreções ou apresentar as contas com os valores que entendia devidos. Ao contrário disso, a ré/embargante nada alegou a respeito dessas contas, limitando-se a defender a invalidade do contrato e seu não cumprimento.

Deve-se ressaltar que a prestação das contas dar-se-ia por meio de prova eminentemente documental, cuja produção no processo tem lugar no momento da petição inicial e da contestação (art. 396 do CPC), de modo que, tendo a ré/embargante perdido essa oportunidade, é natural que suporte o ônus processual de sua inércia.

455



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Quanto à suposta contradição, a ré/embargante alega que o acórdão teria tacitamente admitido que a prestação de contas pressuporia a análise da concreta prestação dos serviços, porém esta análise não seria cabível no âmbito da Ação de Prestação de Contas.

Primeiramente, deve-se consignar que não cabe alegar nos Embargos de Declaração suposta contradição entre o acórdão, de um lado, e, de outro, a sentença, as provas dos autos ou mesmo artigos de lei.

Em outras palavras,

a contradição que enseja os embargos de declaração é apenas a interna, aquela que se verifica entre as proposições e conclusões do próprio julgado, não sendo este o instrumento processual adequado para a correção de eventual error in iudicando (...) (EDcl no AgRg nos EREsp 1.191.316/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Corte Especial, DJe 10.5.2013).

Ora, não há qualquer contradição no acórdão impugnado, que, considerando comprovada a prestação do serviço, entendeu cabível a prestação de contas, já que o contrato envolvia gestão de bens ou interesses alheios. Subsequentemente, acolheu as contas apresentadas pelo autor/embargado e não impugnadas pela ré/embargante.

No que diz respeito à alegação de que o acórdão embargado teria se fundado em premissa fática equivocada – qual seja, a de que a ré/embargante sabia que o autor/embargado exercia cargo na FUNAPE e que, por isso, não poderia alegar impedimentos morais ou materiais para a prestação dos serviços –, constata-se que a matéria não comporta apreciação na via dos Embargos de Declaração.

É que a alegação formulada – de que o autor/embargado teria declarado à ré/embargante que iria pedir exoneração do cargo – supõe revisão ou reavaliação da prova dos autos, o que não se compatibiliza com o julgamento dos embargos declaratórios.

Por essas razões, REJEITO os embargos de declaração.

456



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

É como voto.

[Assinatura manuscrita]